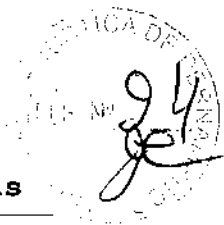




TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0193593-1- 1ª Vara Criminal de Recife-PE

Impetrante: **Maria Lúcia de Souza Brandão**  
Paciente: **Lemoel Pedral de Brito**  
Relator: **Des. Roberto Ferreira Lins**  
Procuradora: **Dr.ª. Maria Helena Luna**  
Órgão Julgador: **Seção Criminal**

163

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. ATOS RATIFICADOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.

1. Inexiste qualquer nulidade processual a ser declarada porquanto, consoante entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, é possível a ratificação pelo Juiz competente dos atos praticados por Juiz Federal absolutamente incompetente.

2. Não merece prosperar a preliminar de prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa ou superveniente, ante a interrupção do prazo com o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível pelo Juiz *a quo*, nos termos do art. 117, I e IV, do Código Penal.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0193593-1, da 1ª Vara Criminal de Recife- PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 28/01/2010, em denegar a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 28 de Janeiro de 2010.

  
Des. Roberto Ferreira Lins.  
Relator



Habeas Corpus n.º 0193593-1 – 1ª Vara Criminal de Recife-PE

170

Impetrante: **Maria Lúcia de Souza Brandão**  
Paciente: **Lemoel Pedral de Brito**  
Relator: **Des. Roberto Ferreira Lins**  
Procuradora: **Drª. Maria Helena Luna**  
Órgão Julgador: **Seção Criminal**

### RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Preventivo, com pedido de liminar, substitutivo de revisão criminal, impetrado pela Bela. Maria Lúcia de Souza Brandão, por meio da atorial de fls. 02 a 08, em prol de Lemoel Pedral de Brito, sentenciado e condenado pela prática do delito previsto no artigo 158 do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE.

A impetrante alega que em 21/02/1992 houve um aditamento à denúncia, sendo o paciente denunciado pela prática do crime de extorsão, sendo decretada sua prisão preventiva, e o mesmo recolhido em 02/02/1996, mas que, em julho de 1998, o MM. Juiz da 9ª Vara Federal se declarou absolutamente incompetente, remetendo o feito à Justiça Comum, que acolheu todos os atos praticados perante a Justiça Federal.

Aduz que, em agosto de 1998, impetrou *Habeas Corpus* perante o Tribunal Regional Federal, que revogou a prisão do paciente, mas manteve os atos decisórios proferidos, e que, posteriormente, o MM. Juiz, ora impetrado, decretou nova prisão contra o paciente, proferindo sentença em 23/10/2009, que o condenou a pena de 09 (nove) anos de reclusão pelo crime de extorsão.

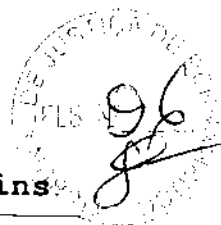
Assere, portanto, que deve ser extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, tendo decorrido 06 (seis) anos e 11 (onze) meses entre a data do fato e a da ratificação do recebimento da denúncia na justiça comum. Aduz, ainda, que tendo o Juiz Federal reconhecido sua incompetência absoluta, todos os atos decisórios teriam que ser anulados, nos termos do art. 564, I, do Código de Processo Penal, não tendo a defesa sequer sido intimada para apresentar alegações finais, nem para ter ciência da sentença, de modo que deve ser decretada a nulidade processual, com o conseqüente reconhecimento da prescrição pelo decurso de 17 (dezessete) anos entre a data do fato e o presente momento.

Indeferido o pedido de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 26 e 27, esclarecendo que foi aditada a denúncia incluindo-se o paciente no pólo passivo da demanda em 21/02/1992, iniciando-se o curso da ação na Justiça Federal, que declinou a competência, tendo o feito sido recepcionado pelo juízo *a quo*, que após o devido trâmite processual, condenou o paciente em 23/10/2002. Afirma que a defensora pública designada para o paciente não foi intimada, por não funcionar mais no núcleo criminal da Defensoria Pública, e que, não tendo o paciente sido encontrado, foi determinada sua intimação para tomar conhecimento da sentença por edital, transitando em julgado a decisão.

Por fim, assere que a impetrante pugnou pela extinção da punibilidade pela prescrição, e que, após parecer contrário do representante do Ministério Público, também foi negado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0193593-1 – 1ª Vara Criminal de Recife-PE

171

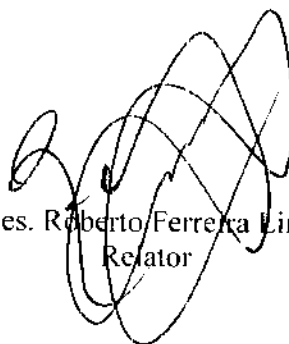
A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 65 a 68, opinou pela denegação da ordem, entendendo que da data do trânsito em julgado para a acusação, até o momento, ainda não transcorreu o lapso prescricional de 16 (dezesseis) anos, aplicável ao presente caso, que foi interrompido em 23/10/2000, com a prolação da sentença condenatória, passando a haver nova contagem a partir dessa data.

A pedido do Exmo. Desembargador prolator da decisão liminar, oficiou-se novamente ao MM. Juiz *a quo*, que informou, à fl. 66, que o trânsito em julgado da condenação, em relação à defesa, ocorreu em 14/12/2001.

Em decisão de fls. 72 a 74, o Exmo. Desembargador reconheceu sua incompetência para apreciar o *writ*, por ter o mesmo natureza substitutiva de revisão criminal.

Instada a pronunciar-se mais uma vez, a douta Procuradora de Justiça ofereceu parecer às fls. 87 e 88, opinando por negar provimento ao pedido revisional, entendendo inexistir qualquer nulidade processual, pois os atos processuais praticados na Justiça Federal foram corroborados e ratificados pelo MM. Juiz *a quo*, o que lhe é facultado tendo em vista o princípio da economia processual, inexistindo prejuízo à defesa. Entende, também, que não se configura a prescrição alegada, tendo em vista a interrupção do lapso prescricional com a prolação da sentença, que transitou em julgado para a acusação em 05/11/2000.

É o relatório.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



97  
JP

Habeas Corpus n.º 0193593-1- 1ª Vara Criminal de Recife-PE

172

Impetrante: **Maria Lúcia de Souza Brandão**  
Paciente: **Lemoel Pedral de Brito**  
Relator: **Des. Roberto Ferreira Lins**  
Procuradora: **Drª. Maria Helena Luna**  
Órgão Julgador: **Seção Criminal**

#### VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores. Sr(a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor Lemoel Pedral de Brito sentenciado e condenado pela prática do delito previsto no artigo 158 do Código Penal.

A impetrante deste *Habeas Corpus* Preventivo, inconformada com a sentença condenatória, aduz que deve ser extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, e que, tendo o Juiz Federal reconhecido sua incompetência absoluta, todos os atos decisórios teriam que ser anulados, não tendo a defesa sequer sido intimada para apresentar alegações finais, nem para ter ciência da sentença.

Pois bem.

Inicialmente não vislumbro a nulidade argüida, porquanto os atos processuais praticados pelo Juiz Federal foram devidamente ratificados pelo MM. Juiz *a quo*, fl. 46, entendimento este que vem sendo adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consoante se observa nos seguintes arestos:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL PENAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. ATOS DECISÓRIOS. POSSIBILIDADE DE RATIFICAÇÃO. 1. Este Tribunal fixara anteriormente entendimento no sentido de que, nos casos de incompetência absoluta, somente os atos decisórios seriam anulados, sendo possível a ratificação dos atos sem caráter decisório. Posteriormente, passou a admitir a possibilidade de ratificação inclusive dos atos decisórios. Precedentes. Agravo regimental a que se nega seguimento. (RE 464894 AgR, Rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, julgado em 24/06/2008)

Habeas Corpus. 2. Crimes de Estelionato. 3. Alegações de: a) ausência de indícios de autoria e materialidade; b) falta de fundamentação da preventiva; c) violação ao princípio do juiz natural; e d) excesso de prazo da prisão preventiva. 4. Prejudicialidade parcial do pedido, o qual prossegue apenas com relação à alegada violação ao princípio do juiz natural. 5. Em princípio, a jurisprudência desta Corte entendia que, para os casos de incompetência absoluta, somente os atos decisórios seriam anulados. Sendo possível, portanto, a ratificação de atos não-decisórios. Precedentes citados: HC nº 71.278/PR, Rel. Min. Néri da Silveira, 2ª Turma, julgado em 31.10.1994, DJ de 27.09.1996 e RHC nº 72.962/GO, Rel. Min. Maurício Corrêa, 2ª Turma, julgado em 12.09.1995, DJ de 20.10.1995. 6. Posteriormente, a partir do



Julgamento do HC nº 83.006-SP, Pleno, por maioria, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 29.08.2003, a jurisprudência do Tribunal evoluiu para admitir a possibilidade de ratificação pelo juízo competente inclusive quanto aos atos decisórios. 7. Declinada a competência pelo Juízo Estadual, o juízo de origem federal ao ratificar o sequestro de bens (medida determinada pela justiça comum), fez referência expressa a uma série de indícios plausíveis acerca da origem ilícita dos bens como a incompatibilidade do patrimônio do paciente em relação aos rendimentos declarados. 8. No decreto cautelar, ainda, a manifestação da Juíza da Vara Federal Criminal é expressa no sentido de que, da análise dos autos, há elementos de materialidade do crime e indícios de autoria. 9. Ordem indeferida. (HC 88262 segundo julgamento, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 18/12/2006)

Assim, consoante bem ressaltado pela douta Procuradora de Justiça, inexistindo qualquer prejuízo à defesa, não há que ser decretada a nulidade, devendo prevalecer o princípio da economia processual.

Outrossim, não procede a alegação de ausência de intimação para apresentação de alegações finais e para tomar conhecimento da sentença, porquanto consta, à fl. 91, despacho determinando a intimação do paciente para o cumprimento do art. 500 do CPP, hoje revogado, bem como, conforme informações prestadas pelo MM. Juiz *a quo*, à fl. 26, a Defensora designada para o paciente não foi intimada da sentença tendo em vista não funcionar mais no núcleo criminal da Defensoria Pública, e o acusado não foi encontrado para ser intimado pessoalmente da sentença, tendo sido determinada sua intimação por edital, o que se verifica à fl. 56, não havendo cerceamento do direito de defesa.

Quanto à alegada prescrição da pretensão punitiva, não há dúvidas de que, tendo a sentença condenatória transitado em julgado para a acusação, e fixada a pena em 09 (nove) anos de reclusão, o prazo prescricional, nos termos do art. 109, II, do Código Penal, é de 16 (dezesseis) anos.

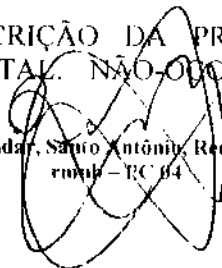
Tratando-se de prescrição da pretensão punitiva, deve ser observado o lapso temporal entre a data do fato, o recebimento da denúncia e a prolação da sentença condenatória.

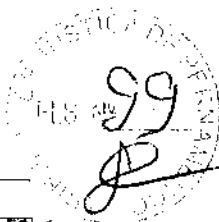
Assim, observa-se no presente caso que, além de o fato imputado ao paciente ter ocorrido entre 16/12/1991 e 28/12/1991 e a sentença prolatada em 23/10/2000, ocorreu a interrupção do prazo prescricional com o recebimento do aditamento da denúncia em 24/02/1992, consoante previsto no art. 117, I, do Código Penal.

Desse modo, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa porquanto não transcorrido o prazo de dezesseis anos entre a data do fato e a do recebimento da denúncia, tampouco entre esta e a data da prolação da sentença.

Neste diapasão, traz-se à baila o seguinte julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PENAL. HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E EXECUTÓRIA ESTATAL. NÃO OCORRÊNCIA.





Habeas Corpus n.º 0193593-1 – 1ª Vara Criminal de Recife-PE

171

**PRESCRIÇÃO DA PENA DE MULTA. NÃO-OCORRÊNCIA.  
ORDEM DENEGADA.**

1. O paciente, condenado pela prática de crimes ocorridos em meados de fevereiro de 1991, com recebimento da denúncia em 6/8/1996, e sentença penal condenatória prolatada em 28/12/1998, somente foi preso em 27/11/2005.
2. Nos termos do art. 117, I, IV e § 2º, do Código Penal, o curso da prescrição interrompe-se pelo recebimento da denúncia e pela sentença condenatória recorrível, voltando a correr todo o prazo, novamente, do dia da interrupção.
3. Assim, com o advento das causas interruptivas, não há falar em prescrição da pretensão punitiva.
4. Nos termos do art. 114, II, do Código Penal, também não há falar em prescrição da pena de multa, pois esta ocorre “no mesmo prazo para o estabelecido para a pena privativa de liberdade, quanto a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada”.
5. Ordem denegada. (STJ, Habeas Corpus nº 2006.023759-2, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 13.02.2007)

Ademais, também não se verifica prescrição da pretensão punitiva na modalidade superveniente, porquanto desde a publicação da sentença condenatória prolatada em 23/10/2000, até o presente momento, não transcorreu o lapso prescricional de 16 (dezesseis) anos.

Ante o exposto, voto no sentido da denegação da ordem, haja vista que o paciente não está ameaçado de sofrer, sob qualquer ângulo de análise, constrangimento ilegal em sua liberdade de ir e vir.

A Diretoria Criminal deverá providenciar a correção da autuação de revisão criminal para *Habeas Corpus* substitutivo de Revisão Criminal.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
Relator